



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dzr 22.05
Pijetke

INSTYTUT HISTORII PAN	
Wpłynęło: 27/08/2020	Znak:
Ref: Eur	Zat:

Relatório sobre a tese de doutoramento em História intitulada ***Os grupos subalternos no império colonial português na perspectiva de redes***, elaborada pela doutoranda Agata Natalia Błoch, sob a orientação do Prof. Dr hab. Tomasz Wiślicz-Iwańczyk, Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa e co-orientada por Doutor Michał Bojanowski, apresentada à Academia Polaca de Ciências Instituto de História de Tadeusz Manteuffel em Varsóvia

Apresentação da tese

Trata-se de uma tese que adota uma perspetiva inovadora e bem estruturada sobre a análise dos grupos subalternos no império colonial português, com destaque para o espaço Atlântico, na sua relação com a Coroa Portuguesa durante o reinado de D. João V (1706-1750). Partindo de uma precisa identificação do tema em estudo, a Mestre Agata Bloch propõe-se a responder à “questão central”: a política de colonização no império português tendo como sujeitos históricos grupos subalternos africanos, indígenas, cristãos-novos, muçulmanos, ciganos e outros grupos que viviam na “franja da sociedade colonial”. Partindo ainda dos conceitos de “subalterno”, “periferias coloniais”, “monarquia multicontinental” e “rede”, a autora do trabalho procura mostrar a complexidade, assim como as singularidades, das relações entre as estruturas da administração a nível central e determinados grupos populacionais como um espaço de flexibilidade e negociação.

A tese encontra-se estruturada em cinco capítulos: “I - Grupos subalternos – conceitos, teorias e linhas de investigação; II - Linhas de investigação para grupos subalternos no império colonial português; III - Um mosaico da sociedade colonial portuguesa; IV- Vozes da periferia. o papel dos grupos subalternos na construção do império colonial

português; V - Pode o subalterno falar?. O trabalho contém igualmente uma Introdução, Conclusão e a indicação das Fontes e Estudos que serviram de sustento empírico e teórico ao tema em questão.

O estudo inicia-se com uma explicação pormenorizada do programa informático, usado no tratamento das fontes históricas recolhidas nos arquivos portugueses e outros. Segue-se a discussão em torno de conceitos e teorias que surgiram na sequência da historiografia “pós-colonial”, orientada principalmente pelo “Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia”¹, a partir da teoria apresentada por Gayatri Chakravorty Spivak e o “Grupo Latino-Americano de estudos Subalternos” e que, agora, a Mestre Agata Bloch absorve para analisar/entender a sociedade colonial nas “periferias” do Império Português (cap. I). Numa procura de observação comparativa, a doutoranda discute como a historiografia portuguesa e brasileira têm estudado o tema e a influência (ou não) que os estudos pós-coloniais tiveram na sua abordagem (cap. II). Seguidamente, centra-se na análise individual de grupos “subalternos”, na sua maioria expulsos da Península Ibérica, importados de África e os povos indígenas, assim como degredados, aventureiros, lançados e outros na sua relação com a Coroa (cap. III). Este capítulo, com base na documentação manuscrita e impressa, apresenta diversos “estudos de caso”, tanto no âmbito “racial”, de género e outros para mostrar como na medida em que estes tinham/podiam ter acesso, de diferentes maneiras, à apresentação dos seus problemas individuais/familiares junto das autoridades régias e mesmo do monarca — espaço de diálogo e negociação. Estas narrativas, expõem uma outra realidade colonial e colocam em causa o que muita historiografia tem defendido e que, por vezes, continua a defender, baseada em teses ideológicas, como tem sido o “movimento negro” (cap. IV). No último capítulo, a doutoranda assinala, com rigor documental, como o subalterno via e vivia a realidade colonial, usando a adaptação e a apropriação de determinados elementos do colonizador para concretizar as suas aspirações, planos e estratégias de sobrevivência.

¹ Atualmente, o uso de estudos “pós-coloniais” tem sido questionado; pois, segundo alguns investigadores estes estudos não apresentam uma visão crítica do eurocentrismo e das dinâmicas gerais do colonialismo. De facto, o conceito tem sido substituído por “estudos decoloniais” / “descolonial”, resultando estes da necessidade de revisitar a questão do “poder na modernidade”.

Aspetos formais a rever:

1. Revisar as notas de rodapé, assim como a indicação da bibliografia e títulos das obras. Certamente, por razões técnicas, com muita constância as aspas não estão usadas de forma correta. Exemplo: **“Este ciclo foi então iniciado com dois artigos publicado por Marian Małowista,, „Wielkiepaństwa Sudanu Zachodniego w późnymśredniowieczu” (1964) e „Europa a Afryka Zachodnia w dobiewczesnejekspansjikolonialnej” (1969); Michał Tymowski (2017). „Czy w historiografiipolskiejistnieje Szkoła Małowista”. Kwartalnik Historyczny. CXXIV. 1, 86-88. (p. 29). “**
2. Atentar ao português: em concreto, deve anotar que a tese se encontra escrita no padrão do Português do Brasil (PB). Apesar do padrão não ser o Português Europeu (PE), deve rever o uso de algumas expressões e frases menos compreensíveis, exemplo: “A presente dissertação é o **resultado de muitos anos do meu estudo** acerca da história colonial do império português, sobretudo do passado colonial do Brasil e reflete as minhas tentativas metodológicas e intelectuais de compreender os processos e mecanismos que regiam o mundo colonial do “império nascido no mar” e, conseqüentemente, **de descobrir umas novas relações, ainda inexploradas**, dentro do mundo português transatlântico”. Foram igualmente encontrados erros e algumas incorreções ortográficas — algumas podem resultar do português Padrão do Brasil — que facilmente a candidata encontra, como troca ou ausência de letras e falta de espaços entre as palavras.
3. Rever o título para a apresentação das fontes e bibliografia final: retirar do texto **“primárias”**; Que significa **Literatura moderna impressa**? (creio tratar-se de fontes impressas); Que significa **Bibliografia secundária**? (creio referir-se aos Estudos); Usa **Abreviações**, penso que quer dizer Abreviaturas. Na p. 303 na organização por ordem alfabética das fontes, entre a indicação das cartas surge a indicação isolada do **Códice 478**, etc.

Conteúdos a rever:

1. Rever o título da tese. Para maior compreensão do tema em análise deve incluir espaço e época. Pois, o Império Português é vasto e o seu trabalho resume-se ao Atlântico e este começa em 1415 e termina em 2002.
2. Resumo: o primeiro parágrafo deve ser revisto. Não se percebe o que pretende com analisar “a subjetividade dos grupos...”; “periferias coloniais”. O número de palavras-chave é excessivo: deve reduzir para cinco ou seis palavras.
3. O uso de “periferia” ora aparece no singular ora no plural. Porquê? O conceito “centros e periferias” tratado por Russell-Wood, no artigo publicado *Revista Brasileira de História*, com o título “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”², estuda as relações entre as áreas centrais e periféricas do império marítimo português, no qual destaca Portugal como centro e a América portuguesa como periferia e as relações centro-periferia no Estado do Brasil: colonização, administração e comércio. Actualmente, o conceito tem sido questionado e têm surgido estudos problematizando o uso do conceito quer em relação a Portugal *versus* Estado do Brasil quer em relação ao próprio Estado do Brasil. Actualmente, a historiografia tem desconstruído esta dicotomia e coloca em evidência a importância e dinâmica económica e social dos sertões (interior/periferia, tidos como lugares desertos) em relação ao “centro das capitanias” e também ao Império Português. Mas ao pensarmos numa análise historiográfica que se centra no diálogo com a “história conectada” (Sanjay Subrahmanyam) concluímos que todo o Império estava conectado e todos os espaços contribuíam para a dinâmica colonial. Por isso, o uso destes conceitos deve ser esclarecido.
4. Embora a investigação se centre na colonização portuguesa no Atlântico usou sobretudo os conceitos que Spivak compreendeu como “periferia”, aplicado a uma outra realidade geográfica. Entendo que esta “apropriação pode ser feita”, mas deve ser antecedida de uma explicação, dado que outros investigadores

² RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

também o integram nas suas discussões historiográficas. O mesmo acontece com o conceito “subalterno” que diz dividir-se “entre “bárbaros”, gentios, cristãos-velhos, infiéis, mouros, cristãos-novos e judeus” (p. 86) – Spivak fala destes grupos? (Evitar a palavra “mouro”, a não ser se esta se encontrar em citações, obviamente. Em todos os outros casos, é melhor dizer “muçulmanos”). Eu entendo o termo subalterno com um significado mais abrangente. Aqui incluo, por exemplo, as mulheres, independentemente da condição social e económica a que pertencem, mas particularmente a da elite. Esta temendo colocar em causa a honrada família e sendo mais vigiada pela sociedade não tinha voz, não tinha alma, só excecionalmente frequentava o espaço público. A mulher nesta época dependia sempre da figura masculina ou era enviada para espaços de recolhimento para aí viver de acordo com os padrões da cultura ocidental, onde só excecionalmente, se fez ouvir³. A doutoranda Agata Bloch só indica casos de escravas ou forras, pretas, por vezes, “mistas” que faziam ouvir a sua voz e negociavam com as autoridades régias. Assim a pergunta que se me coloca é a seguinte: na sua investigação também encontrou mulheres brancas, independentemente do grupo social a que pertenciam, que se fizeram ouvir ou reagiram contra a situação de subalternidade em que se encontravam? Algumas mulheres foram enclausuradas pelos maridos com a anuência das autoridades para ficarem com suas fortunas. Temos exemplos de estudos publicados, baseados em petições, que se dirigiram ao rei expondo a situação difícil em que se encontravam.

As observações atrás expostas não anulam a discussão historiográfica que faz sobre o Império português. No entanto, deveria haver uma “explicação comparativa” sobre os estudos de Spivak e outros autores, que também debateram a questão “centro/periferia” e a “subalternidade” social, puxando para uma discussão em prol do Império Português. Pois, os exemplos que apresenta — estudos de caso — são “atores” que circulam nas “periferias” do Império Português, isto é, formam a sociedade colonial portuguesa, cuja constituição, como anotou na sua tese, é muito heterogénea.

Como já referi, a tese é rica em fontes e estudos, mas sugeria que fossem incluídos alguns casos que se reportam às mulheres brancas. Entre outros, cf.:

³ Há estudos de caso que nos mostram exceções, as singularidades. Temos mulheres que na ausência dos maridos desempenharam tarefas ou que reagiram à violência a que estavam sujeitas.

ALGANTRI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993; PRIORE, Mary del (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto Editora, 2004; SILVA, Beatriz Nizza da. *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002; MANSO, Maria de Deus Beites. *Santa Casa de la Misericordia da Bahia atraves de la depositada Teresa de Jesus. Religiosidad y reclusion feminina en Esapña, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. LÓPEZ, Rosalva Loreto e MARINAS, M^a Isabel Viforcós Marinas (orgs.). *Histórias compartilhadas*. Universidade de León; México: Instituto de Ciências Sociales y Humanidades Alfonso Vélaz Pliego; Benemérita Universidade Autónoma de Puebla, 2007, pp. 339-367; COATES, Timothy J.. *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Um outro aspecto a rever é a questão do “outro”, termo usado no livro de Tzvetan Todorov, *La Conquetê de L’Amerique*, a partir do conceito de alteridade. Isto é, o autor debruça-se sobre o encontro entre o “civilizado”, o europeu e o “selvagem” (o choque de culturas), o “outro”. A doutoranda usa, por vezes, o plural (outros — aqui Podemos incluir as “elites”) o que acarreta uma outra significação, pelo facto deve rever o seu uso (ex. p. 94): “Portanto o medo em relação aos “outros” levou à marginalização e desfavorecimento desses grupos”). Também o uso de “índio” deve aparecer em itálico, assim como “tapuia”⁴ (tanto aparece em letra maiúscula como minúscula). (Assim como “mouro”, também neste caso, é melhor evitar o uso de “índio” e, sim, usar palavras como “autóctone” ou “indígena”, por exemplo).

5. Por vezes, usa alguma adjetivação quando fala do nome de muitos dos historiadores que citou (exemplo, p. 29, 31). Creio que deveria evitar o seu uso. Reconheço o trabalho historiográfico em torno da escravatura em Portugal de Arlindo Caldeira e de Jorge Fonseca, mas não podemos esquecer o nome de

⁴A Mestre Agata Bloch apresenta diversas significações e acaba por alocar a termo a grupos indígenas. De acordo com Ricardo Pinto de Medeiros, o termo *tapuia*, criado pelos tupis para assim designarem genericamente grupos inimigos falantes de outras línguas, terminou sendo adotado também pelos portugueses (MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2000).

Maria do Rosário Pimentel (orientadora de tese de doutoramento de Jorge Fonseca) ou ainda João Pedro Marques, entre outros.

6. Também se refere à nacionalidade de alguns historiadores citados, mas nem sempre a nacionalidade está correta: A. J. Russel-Wood era britânico; Francisco Bethencourt é português e Carmen Radulet era romena.
7. Usa com frequência a palavra lisboeta, o seu uso não é académico e não é correto. Alguns exemplos: centro político lisboeta (p. 22); metrópole lisboeta (p. 26); administração lisboeta (p. 25), etc.
8. Quando na página 58 começa o subcapítulo “A narrativa historiográfica portuguesa nos séculos XIX-XX” refere-se a Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e outros como historiadores. Trata-se de um termo anacrónico, pois estamos a falar de cronistas e não de historiadores.
9. Na pág. 90 ao falar dos *autos-de-fé* (e não *autos-da-fé* como está escrito) no século XVIII, convém ressaltar que estes não terminaram em 1720, pois na segunda metade do século XVIII ainda temos *autos-de-fé*. Exemplo: Gabriel Malagrida foi o último condenado a ser queimado na fogueira num auto-de-fé realizado em 1761.

Parecer final

Conquanto a historiografia não ignore totalmente o tema, o que é facto é que ainda são escassos os trabalhos com este enfoque teórico. O trabalho desenvolvido reveste-se, por isso, de inegável interesse e importância para a historiografia sobre o Império Português, no geral, e em particular em relação aos estudos dos grupos subalternos no espaço atlântico. Trata-se de um trabalho que prima pela pesquisa documental e discussão historiográfica pelo que apresenta todas as condições para ser aceite para discussão pública e será certamente um marco na historiografia sobre o Império Português. Apesar das observações, sou de opinião que o trabalho deve ter uma Aprovação com Distinção e ser publicado.

Universidade de Évora. 6 de setembro de 2020

Maria de Deus Beites Manso

Maria de Deus Beites Manso

Professora Auxiliar com Agregação